

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP nº02/2018
Pregão Eletrônico nº 2018/002 – LOTE I
Processo nº 008/2018

Pelo presente instrumento, BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A (BANDES), empresa de economia mista do Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.145.829.0001/00, com sede na av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória, ES, CEP: 29010-906, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, sob nº. 2018/002, RESOLVE registrar os preços da empresa BRÁSIDAS EIRELI doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua Adolfo Wruck, nº 65, Asilo, Blumenau/SC, CEP 89031-410, inscrita no CNPJ sob o nº 20.483.193/0001-96, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 1.527-R/2005, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A – Especificação dos preços;
- (b) Anexo B – Minuta de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão incluídas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.



2.3 - A existência de preços registrados não obrigará o BANDES a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.


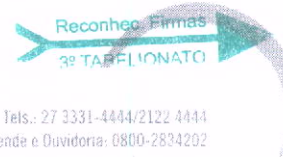
3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata de registro de preços;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento ao contrato, precedida de análise pela Gerência Jurídica do BANDES, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pelo BANDES, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - Não formalizar a ata decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial da ata decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte do BANDES, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima segunda deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.



Reconhec. Firmas
3º TABELIONATO

3

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.3 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.4 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pelo BANDES, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias do BANDES e dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para **receber a ordem de fornecimento no prazo de até 05 dias úteis.**

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

A



Reconhec. Firmas
TABELIONATO

4

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega do objeto da ata de registro de preços dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias após o início da sua vigência.

9.2 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto da ata de registro de preços da seguinte forma:

9.2.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.2.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.3 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado na ata de registro de preços, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

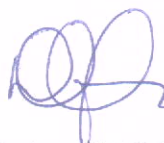
10.1 - Os produtos ofertados deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do mesmo.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

(a) Efetuar a entrega do material cotado no prazo de **até 10 (dez) dias corridos** contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/serviço;

(b) Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas nos anexos deste Edital.



Reconhec. Fim
3º TARELIONATO

5

- (c) Comunicar ao BANDES, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.
- (d) Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- (e) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.
- (f) Apresentar a(s) fatura(s) discriminando o(s) material(is) fornecidos e respectivos preços.
- (g) Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do Pregão.
- (h) Aceitar, desde que mantidas as condições das propostas, eventuais acréscimos e supressões, observados os limites fixados no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- (i) **Possuir representação comercial nos limites da Região Metropolitana da Grande Vitória, visando ao melhor atendimento dos serviços a serem prestados.**

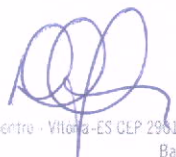
11.2 - Compete à Contratante:

- (a) Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- (b) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- (c) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos desta ata de registro de preços;

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução e a inexecução total ou parcial da presente ata de registro de preços sujeitará o licitante contratado à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,3% (três décimos de por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, a incidir sobre o valor reajustado não atendido, caso a ata de registro de preços se encontre parcialmente executada.
- c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e em ata e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar



Reconhec. Firmas
3º TABELIONATO



o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

12.2 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ata de registro de preços e aplique as outras sanções previstas no edital e na Lei 8.666/1993.

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a" e "d" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas moratória e compensatória por perdas e danos (alíneas "b" e "c").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "d", a autoridade competente submeterá sua decisão à Autoridade Máxima do Órgão, colegiada ou não, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pela Autoridade Máxima do Órgão, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

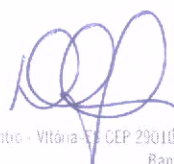
(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o CONTRATANTE deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência da ata de registro de preços, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis,




resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Gerência Jurídica do CONTRATANTE, quando disponível, ou da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, se for o caso.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas da ata de registro de preços;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão da ata de registro de preços, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução da ata de registro de preços, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA RESCISÃO

13.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

14 - DOS ADITAMENTOS

14.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Gerência Jurídica do BANDES.

15 - DOS RECURSOS

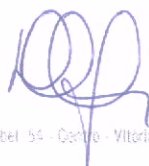
15.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

16 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1 - A execução da ata de registro de preços será acompanhada pelo(a) Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, designado representante do BANDES nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

17 - CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES

A



Reconheço, Firmas
3º TABELIONATO



17.1 - A DETENTORA DA ATA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.

17.2 - Em atendimento ao disposto no item 17.1, a DETENTORA DA ATA obriga-se, inclusive, a:

17.2.1 - Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com esta ata de registro de preços, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

17.2.2 - Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto da presente ata de registro de preços, em situação de conflito de interesse;

17.2.3 - Observar o Código de Ética do BANDES vigente ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;

17.2.4 - Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

17.3 - Verificada uma das situações mencionadas no item 17.2.2, compete a DETENTORA DA ATA afastar imediatamente da execução da ata de registro de preços os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BANDES, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

17.4 - A DETENTORA DA ATA declara ter conhecimento do Código de Ética do BANDES, que poderá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Gestor da ata de registro de preços.

17.5 - Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BANDES ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bandes.com.br) e telefone (0800.283.4202).

18 - DA ADESAO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

18.1 - O BANDES será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 17 do Decreto Estadual 1.790/2007.

A



Reconhec. Fim
3º TABELIONATO

3.3 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19 - DO FORO

19.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 03 de agosto de 2018.

Reconhec. Firmas
3º TABELIONATO

BRÁSIDAS EIRELI
Emerson Luis Koch
CPF 932.595.229-72

Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO
Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz
Diretora de Administração e Finanças

Thiago Fávoro Lima
Thiago Fávoro Lima
Coordenador do Núcleo de
Licitações e Contratos

Estado de Santa Catarina
Município e Comarca de Blumenau
3º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos
LUIZ RODOLFO BUCH - Tabelião
Rua 16 de Novembro, 974, Centro, Blumenau - SC, 89010-002 - (47) 3326-2100
www.3tabbnu.com.br

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
EMERSON LUIS KOCH (PED42022-EARQ) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 3,15 | 1 Selo de
Fiscalização pago R\$ 1,90 | Total R\$ 5,05 | Recibo Nº: 1099137.
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Blumenau - 10 de agosto de 2018

Digitado por:
TAYNA CAROLINE VIEIRA

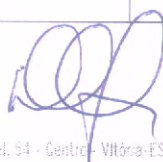
JOICE JOSELI MALCZEWSKI BRANCO - Escrevente

ANEXO "A" DA ARP

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 2018/002, celebrada entre o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - BANDES e a empresa cujos preços estão a seguir registrados por lote/item, em face à realização do Pregão Eletrônico 2018/002 – LOTE I.


LOTE I - MATERIAL HIDRÁULICO E SIMILAR							
Item	Unid	Descrição	Marca/ modelo	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário	Valor Total
1	Pç	Ducha Higiênica, gatilho cromado, mangueira metálica de 1m, acabamento tipo cruzeta, material latão e superfície cromada, mecanismo cerâmico, acionamento de 1/4 de, marca de referência Fabrimar.	Fabrimar /Misty	6	30	R\$ 221,00	R\$ 6.630,00
2	Pç	Mangueira para ducha higiênica cromada, tamanho mínimo 1,0 m, marca referência, Fabrimar.	Fabrimar /01845	3	15	R\$ 54,00	R\$ 810,00
3	Pç	Pistola para ducha higiênica, composição, metal e plásticos, cor branco/cromado, marca de referência Fabrimar.	Fabrimar /07821	6	30	R\$ 31,00	R\$ 930,00
4	Pç	Acabemaneto de válvula de descarga Flux, cor cromado / cromado com preto, marca de referência FABRIMAR.	Fabrimar /06611	3	15	R\$ 78,00	R\$ 1.170,00
		Reparo completo da					

A



 11

	VALOR TOTAL DA ATA – LOTE I	R\$	44.000,05
--	-----------------------------	-----	-----------

A *L*


ANEXO "B" DA ARP – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº ____ / ____.

Ref. Ata de Registro de Preços nº ____ / ____.

À
Empresa

Endereço:

CNPJ

Telefone

Fax

Autorizamos V.S.^a a fornecer o produto adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão Eletrônico nº 2018/02, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e sua proposta no Processo nº.

I – DO OBJETO

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES NO ANEXO I)

Marca/referência: _____;

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
_____	_____	_____

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (somente em caso de adesão à ata de registro de preços)

Dotação Orçamentária: As despesas para aquisição dos produtos decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: ____ – ____; Elemento de Despesa ____ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de ____.

III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

A

Vitória (ES), Segunda-feira, 03 de Setembro de 2018.

Construtora e Incorporadora Ltda.
CNPJ: 05.347.774/0001-07
VALOR TOTAL: R\$ 4.570.222,13 (quatro milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e vinte e dois reais e treze centavos), referente a data base: Out./2017.

Vitória-ES, 31 de agosto de 2018
Luiz Carlos Salles Rodrigues
Presidente da CPL/IOPES

Ratifico e homologo em todos os seus termos a inexigibilidade de licitação.

Vitória-ES, 31 de agosto de 2018
Claudio Daniel Passos Rosa
Diretor Geral
Protocolo 423544

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA -

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA -

AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão Eletrônico para Registro de Preço n.º 010/2018

O INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IEMA torna pública a **SUSPENSÃO "SINE DIE"** do Pregão em epígrafe, por determinação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos termos dos artigos 376 e 377, I da Resolução TC 261/2013, processo 06236/2018-4, e pelo Mandado de Segurança, processo 0012412-98.2018.8.08.0012.

Processo n.º 80839576.

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e serviços de portaria. Informações podem ser obtidas através do e-mail: pregao@iema.es.gov.br ou tels. (27) 3636-2507/2512.

Cariacica, 31 de agosto de 2018.
Daniilo da Rocha Alves
Pregoeiro/IEMA

Protocolo 423516

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB -

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN -

RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS EDITAL Nº 016/2017 DE CONCORRÊNCIA - CESAN

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, através da Comissão de Licitação, torna público o resultado da análise das propostas técnicas do Edital em referência, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia contenciosa e consultiva, conforme abaixo:

Empresas Classificadas Lote I:

- 1) Botelho & Castro Advogados Associados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 2) Cardoso Advogados Associados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 3) Carvalho Pereira Advogados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 4) Décio Freire e Advogados Associados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 5) Luciano Kelly do Nascimento Advogados Associados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 6) Zigon Advogados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 7) Viegas & Almeida Consultoria Jurídica Empresarial: 20,38 pontos - nota técnica: 8,15;
- 8) Zrolanek Regis Sociedade de Advogados: 15 pontos - nota técnica: 6,00.

Empresas Desclassificadas Lote I:

- 1) Ferreira e Chagas Advogados;
- 2) Carlos Pereira Advogados;
- 3) Daniel Penha de Oliveira e Marcelo Rodrigues Xavier Advogados Associados;
- 4) Olivieri e Carvalho Advogados Associados;
- 5) Sant'ana e Bertolami Advogados.

Empresas Classificadas Lote II:

- 1) Cardoso Advogados Associados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 2) Carvalho Pereira Fortini Advogados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 3) Ferreira e Chagas Advogados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 4) Schneebeli, Gimenes, Moraes e Pepe Advogados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 5) Zigon Advogados: 25 pontos - nota técnica: 10,00;
- 6) Luciano Kelly do Nascimento Advogados Associados: 23,93 pontos - nota técnica: 9,57;
- 7) Daniel Penha de Oliveira e Marcelo Rodrigues Xavier Advogados Associados: 22,86 pontos - nota técnica: 9,14;
- 8) Barcelos & Janssen Advogados Associados: 22,86 pontos - nota técnica: 9,14;
- 9) Viegas & Almeida Consultoria Jurídica Empresarial: 22,14 pontos - nota técnica: 8,86;
- 10) Carlos Pereira Advogados: 22,14 pontos - nota técnica: 8,86;
- 11) Martinez & Martinez Advogados Associados S/C: 21,79 pontos - nota técnica: 8,71;
- 12) Botelho & Castro Advogados Associados: 19,64 pontos - nota técnica: 7,86;
- 13) Reuter & Ribeiro Advogados Associados: 15,71 pontos - nota técnica: 6,29.

Empresas Desclassificadas Lote II:

- 1) Milanezi & Marques Advogados Associados;
- 2) Pezenti & Soares Advogados Associados;
- 3) Sant'ana e Bertolami Advogados;
- 4) Décio Freire e Advogados Associados;

5) Olivieri e Carvalho Advogados Associados; 6) Zrolanek Regis Sociedade de Advogados.

O processo licitatório protocolizado sob o nº 2017.026381, encontra-se à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, situada na Av. governador Bley, nº 186, Ed. Bemge, - 3º andar, Centro, Vitória - ES, nos dias úteis das 8 às 12 e das 13 às 17 horas.

Vitória, 31 de agosto de 2018.
Hélio de Sousa
Presidente da CPL em Exercício
Protocolo 423469

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI -

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI, torna público a **Dispensa de Licitação**, com base no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93: **Processo nº:** 82918465/2018; **Objeto:** Fornecimento de energia elétrica para atender o Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento - CPID, unidade pertencente à SECTI, localizada no Município de Cariacica/ES; **Contratada:** ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - EDP ESCELSA; **Valor total:** R\$204.000,00 (duzentos e quatro mil reais); **Dotação orçamentária:** Atividade nº 10.32.101.19.363.0855.4411; **Natureza da despesa:** 3.3.90.39 **Fonte:** 101

Ratifico os procedimentos adotados quanto à dispensa de licitação e autorizo a contratação pretendida.

Vitória, 28 de agosto de 2018
CAMILA DALLA BRANDÃO
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI
Protocolo 423501

Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES -

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES -

CNPJ-MF Nº 28.145.829/0001-00
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratada: BRÁSIDAS EIRELI (Pregão eletrônico 2018/002 - Lote I).

Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos e similares.

Vigência: 01 (um) ano contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial.

Valor Global - Lote I: R\$ 44.000,05 (quarenta e quatro mil reais e cinco centavos).

Processo: nº. AD-08/2018

Data: 03.08.2018.

Gerência Administrativa e de Serviços
Protocolo 423380

CNPJ-MF Nº 28.145.829/0001-00
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratada: BRÁSIDAS EIRELI (Pregão eletrônico 2018/002 - Lote II).

Objeto: Aquisição de materiais diversos.

Vigência: 01 (um) ano contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial.

Valor Global - Lote I: R\$ 13.684,35 (treze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Processo: nº. AD-08/2018

Data: 03.08.2018.

Gerência Administrativa e de Serviços
Protocolo 423381

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT -

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 0008/2018

Processo nº 82947716

A SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER - SESPORT - torna público que realizará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico" sob o critério de menor preço por lote, com participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, objetivando a aquisição de material de expediente para atender ao almoxarifado da SESPORT, de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/02, Decreto Estadual nº 2.458/10, Decreto Estadual nº 2849-R/11 e Lei Complementar nº 618/2012, e demais normas pertinentes à matéria, e especificações constantes do Edital e Anexos, que estão disponíveis no site: www.compras.es.gov.br.

Início do Acolhimento das Propostas: dia **05/09/2018** às **12:00** horas.

Abertura das Propostas: dia **18/09/2018** às **10:01** horas.

Início da Sessão de Disputa: dia **18/09/2018** às **10:15** horas.

Informações pelo e-mail: cpl@sesport.es.gov.br ou tel. (27) 3636-7010/7037

Vitória, 31 de Agosto de 2018

Sandro Cardoso
Pregoeiro / SESPORT
Protocolo 423373

Prefeituras

Alegre

Aviso de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2018

O Município de Alegre/ES, através de sua Pregoeira Oficial, torna